

**ASSOCIAÇÃO DE
DESPORTOS
DE
COIMBRA**



INDICE

1. A ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DE COIMBRA AO LONGO DO TEMPO	3
2. BIBLIOGRAFIA	11
3. INVENTÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	12



1. A ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DE COIMBRA AO LONGO DO TEMPO

1.1. A fundação da Confederação dos Desportos de Coimbra

A ideia de formar um organismo distrital que agrupasse as várias modalidades desportivas à época denominadas por “desportos pobres” – todos, com excepção do futebol – e, mais tarde, a sua constituição legal como “Confederação de Desportos de Coimbra” é coeva 2ª Guerra Mundial; porém, nos documentos que consultámos e testemunhos orais que colhemos não ressalta qualquer nexo de causalidade ou, até, meramente contextual, nessa contemporaneidade. Ter-se-á tratado, portanto, de uma coincidência que registamos a título de mera curiosidade.

É nas páginas do jornal “A Voz Desportiva - de Coimbra e a sua região” que, a partir de Setembro de 1940, começam a aparecer, insistentemente, artigos de opinião suscitando a reflexão dos leitores e responsáveis por associações desportivas para a situação em que se encontravam aquelas modalidades: votadas ao abandono, apesar de terem registado “em épocas atrasadas [d]um brilhantismo excepcional” e de “felizmente não falta[re]m praticantes” (9.9.40; artigo da redacção).

Pelo incrível número de clubes que aparecem nomeados e pela referência às modalidades praticadas parece que, efectivamente, a crise não era de praticantes ou de espírito associativo mas, essencialmente, de alguma dispersão organizativa, em que, a par de outros factores, não custa adivinhar o dedo de aguerrida rivalidade inter-clubística, causadora de “incidentes, mal entendidos ou susceptibilidades” (A Voz Desportiva; 23.12.40) e de “ressentimentos e intransigências” (Idem; 24.3.41). Assim, parecia aos responsáveis pelo jornal que “havia (...) associações a mais e dirigentes a menos (...) e uma consequente perda de entusiasmo pela(s) modalidade(s)” (17.3.41).

Não custa imaginar a situação: após a chegada de determinada modalidade desportiva, seguia-se um período de adesão popular (“períodos de certo brilhantismo” – 28.4.41; “interesse nos primeiros momentos pelo desenvolvimento de determinada modalidade” – 2.2.42), a criação de dezenas (literalmente!) clubes ou secções votadas à sua prática que, a pouco e pouco, iam esmorecendo de entusiasmo, em favor de outras actividades e, sobretudo, por falta de evolução técnica dos praticantes, a maior parte do tempo entretidos em pequenos torneios de bairro, de desfecho mais do que previsível, com muitos jogos marcados por faltas de comparência. Até que a maior parte das associações entrava em agonia mais ou menos prolongada, “abandonadas à sua sorte” (28.4.41), “abandonada e quase esquecida” (2.2.42).

Era urgente, portanto, congregar esforços e coordenar actuações e vontades no sentido de diversificar e elevar o nível das competições, resolver as questões



financeiras, concitar o interesse dos praticantes e do público, centralizar e melhorar a eficácia da organização, rentabilizar as questões logísticas – secretariado, serviços médicos, técnicos, etc.

Percebendo que um dos problemas era a (falta de) visibilidade pública, o jornal citado propõe-se dar espaço e divulgação às realizações a empreender pelo futuro organismo. A Associação de Futebol de Coimbra – único desporto “rico”, com receitas consideráveis e popularidade mais do que suficiente para encher os recintos desportivos de então – concorre, por seu lado, com a disponibilização das suas instalações (já na Rua Ferreira Borges) para a sede, arquivo e serviços de secretaria.

Lançado, insistentemente, o repto aos clubes e associações, os dinamizadores da ideia recebem como resposta, nos primeiros tempos, o “sepulcral silêncio dos principais e mais directamente interessados”(7.10.40), mesmo depois de evidenciarem as vantagens “quer debaixo do ponto de vista técnico, quer debaixo do ponto de vista financeiro” (Idem) e de esclarecerem que “a Federação dos Desportos não acabará com as associações das diferentes variantes que já estão devidamente organizadas” (Idem); haveria lugar, apenas, a “um estatuto ligeiro de ligação entre todas” (Idem).

A pouco e pouco, porém, a ideia vai germinando e as insistências do jornal obtêm algum resultado. E assim, a 13 de Dezembro de 1940, uma “Comissão de delegados dos principais clubes da cidade” promoveu uma reunião para debater o assunto com os dirigentes das associações e dos clubes. A reunião decorreu na sede da A. F. C., teve como principal promotor o Vitória da Arregaça e nela estiveram presentes – para que conste! – representantes das associações de andebol, hóquei em patins, natação ping-pong e voleibol e dos clubes Académica, Associação Cristã de Estudantes, Atlético, Auto-Industrial, Conimbricenses, Nacional, União, Santa Clara e Sport, para além do organizador do evento. Esteve igualmente presente o director do jornal “A Voz Desportiva”, dr. Amadeu Rodrigues, que foi o principal orador, e da reunião de três horas resultou a nomeação de uma comissão organizadora, constituída por Amadeu Rodrigues, Zeferino Pedrosa (ACE) e Manuel Fernandes Dias (Vitória), que ficou encarregada, igualmente, de elaborar uma proposta de estatuto para a Confederação de Desportos. A ideia avança e o número de 23 de Dezembro do jornal propõe aos clubes (e anuncia) “vida nova”.

Em 13 de Janeiro, são estampadas no mesmo jornal, as 6 bases constitutivas do futuro organismo, incidindo sobre as finalidades, os corpos gerentes, a representatividade de cada clube, o respeito pelos estatutos o organizações já existentes, as receitas e as relações entre a confederação e as federações nacionais, sendo anunciado para breve o respectivo regulamento.

Após várias reuniões, é aprovada, em 13 de Março, a proposta de estatutos da nova confederação, elaborada pela já referida comissão organizadora. Segundo esta, são fins estatutários do novo organismo “orientar todos os desportos praticáveis em Coimbra e sua região, com exclusão do futebol e daqueles cujas assembleias gerais das respectivas associações já existentes não lhe dêem a



sua adesão” Cap. I, Artº 1º), sendo constituído por “todos os clubes da região de Coimbra interessados na prática de qualquer modalidade desportiva, dentro da sua directriz” (Cap. II, Artº 4º). Como corpos gerentes preconiza-se a “Assembleia-geral (...), a Direcção (...) e o Conselho Fiscal (Cap. II, Artº 5º), eleitos “por um período de dois anos, sendo o ano social de 1 de Novembro a 31 de Outubro” (Cap. II, Artº 6º). Assim vai ganhando corpo o organismo que toma como missão “salvar da ruína tudo o que pode sobreviver” e contribuir para “o reatamento do antigo desenvolvimento de todas as modalidades”, para o que se solicita “o amparo, o apoio e o franco acolhimento da parte dos clubes desportivos da cidade e sua região” (17.3).

Os artigos de opinião sobre a novel instituição não abandonam mais as páginas do semanário que temos vindo a citar, aí se dando conta, igualmente, das iniciativas da comissão organizadora, tais como a aceitação de inscrições, a preparação dos primeiros torneios sob a sua alçada e a marcação da assembleia geral para eleição dos primeiros corpos gerentes.

Esta tem lugar em 24 de Abril de 1941(anexo 3), na sede da Associação de Futebol de Coimbra que, como dissemos, albergava igualmente a sede provisória e os serviços da nova instituição. Associação Académica de Coimbra, Associação Cristã dos Estudantes, Anadia Futebol Clube, Atlético Clube de Coimbra, Clube de Futebol “Os Conimbricenses, Hoquei Clube de Coimbra, Santa Clara Futebol Clube, Sport Club Conimbricense, Sporting Nacional, União Futebol Coimbra Clube, Olivais Futebol Clube e Vitória Futebol Coimbra Clube deixaram, em acta, os seus nomes ligados ao nascimento da Confederação dos Desportos de Coimbra e elegeram, por unanimidade, os seus primeiros corpos gerentes: Assembleia Geral: presidente - dr. João da Rocha Santos, 1º secretário – José Branquinho de Carvalho e 2º secretário – Constantino Esteves; Direcção: presidente – dr. Amadeu Rodrigues, vice-presidente – dr. Zeferino Pedrosa, 1º secretário – José Augusto Ferreira dos Santos, 2º secretário – Luís Correia Dias e tesoureiro – Manuel Roxo; Conselho Fiscal: presidente - Herculano de Moura, secretário – Manuel Fernandes Dias e relator – Carlos Sabino de Carvalho. (Note-se, ainda nesta fase, a forte presença na direcção da confederação de elementos ligados ao jornal que vimos citando, nomeadamente através do seu director e proprietário, Amadeu Rodrigues, e do seu redactor principal e editor, José Branquinho de Carvalho).

Ainda acerca da estrutura orgânica da instituição, esclareça-se que alguns dos elementos da direcção tinham, ainda, a seu cargo a coordenação de uma das secções (nas actas respectivas, aparece mais correntemente a designação “secção”; porém, nas entrevistas que mantivemos com ex-dirigentes foi mais vezes referida a designação “pelouros”). Nos instrumentos de acesso à informação, optámos pela 1ª destas nomenclaturas, dando, assim, precedência à informação escrita. desportivas que a foram integrando: andebol, atletismo, basquetebol, natação, patinagem, ténis de mesa e voleibol.

O desporto amador (embora o futebol também o fosse, em grande parte, naquela época) parecia trilhar novos caminhos e o jornal “A Voz Desportiva”, na sua edição de 28 de Abril exultava e apelava a todas as boas vontades –



“Ou agora ou nunca” era o título que abria a 1ª página. Nas páginas interiores era anunciado que eram já 16 o número de colectividades desportivas fundadoras da confederação: aos 12 presentes na 1ª assembleia geral havia que juntar o Cruz de Cristo, o Grupo de Recreio Alma Lusitana, a Auto-Industrial e o Lusitânia. Quanto ao número de modalidades em que se inscrevem, vai desde uma do Anadia F.C. (atletismo), até às sete do Sport (andebol, atletismo, basquetebol, ciclismo, hoquei, ping-pong e voleibol).

Pelos registos colhidos no jornal, restam poucas dúvidas de que seria o basquetebol a modalidade que, apesar de tudo, conseguia manter actividade competitiva mais regular, sendo praticada por considerável número de clubes (10 entre os fundadores, a que se vieram juntar outros, posteriormente), sendo notórias algumas resistências à sua integração na confederação. Reveste, pois, grande significado o facto de, logo na 1ª assembleia geral, os clubes praticantes desta modalidade terem declarado para a respectiva acta “reconhecer o novo organismo como entidade suprema dirigente do basquetebol conimbricense” (Livro de Actas da Assembleia Geral, acta nº1). Em assembleia geral da Associação de Basquetebol, realizada em 16 de Junho, é decidida a completa integração desta instituição na Confederação, sendo os campeonatos organizados por esta última reconhecidos “como único e verdadeiro campeonato regional” (FERNANDES, 1977. p. 794). Não sendo pacífica esta resolução entre as pessoas ligadas à modalidade, foi convocada nova assembleia geral com o objectivo de ratificar a “dissolução da ABC e a sua integração na CDC” (Idem; ibidem). Esta veio e realizar-se em 7 de Agosto, tendo sido a decisão tomada por unanimidade.

Nas páginas das edições seguintes do jornal aparecem, em local de destaque, referências às iniciativas da confederação, como é o caso dos campeonatos regionais das várias modalidades. Como curiosidade registe-se que a sua primeira realização foi o campeonato de atletismo, para iniciados, realizada em 18 de Maio de 1941. São aí divulgadas, igualmente, as principais decisões dos seus órgãos directivos e outras notícias de interesse para as modalidades – tais como, por exemplo, as listas dos vários records nacionais e regionais de atletismo.

A época seguinte – 1941-42 – é já, pode dizer-se, de febril actividade para as várias modalidades agrupadas na confederação, havendo registo de vários torneios “de preparação” e campeonatos, com um apreciável número de clubes participantes, alguns dos quais há muito que não davam sinal de vida nessa modalidade. A abrir a época, no ping-pong – como aparece, sempre designada a modalidade – o torneio de abertura envolveu nada menos de 11 equipas da cidade, embora 4 delas tivessem sido eliminadas por terem averbado duas faltas de comparência; e há notícia de outras 5 que se preparavam para outras competições, não tendo, no entanto, participado nesta. O campeonato acaba por envolver 11 clubes, quase todas com “1ªs categorias e reservas”, num total de 18 equipas. Em voleibol, organiza-se um torneio para escolas, que contou com a participação de 9 equipas, sendo uma eliminada pelo motivo indicado; mas salienta-se o facto – pelos vistos raro – “de nenhuma das outras equipas ter registado sequer uma falta de comparência” ((29.12). O



campeonato da 1ª divisão (distrital) põe em acção 8 clubes, todos com equipas de “1ªs categorias e reservas”. Em basquetebol, a época começa com uma prova para “populares”, com 8 equipas, que, pelo texto, se percebe tratar-se de uma espécie de captação de praticantes. O campeonato da 1ª divisão tem a participação de 10 clubes, cada um com duas equipas. Para além disso, há campeonatos escolares nas três modalidades atrás referidas.

Percebe-se nas entrelinhas a preocupação de evitar, penalizando-as através dos regulamentos, as faltas de comparência – depreendendo-se desse facto ser essa uma das causas da desorganização competitiva que grassava anteriormente em vários desportos “pobres”.

Compreende-se, pois, o regozijo estampado em vários números do jornal – casos do de 2.2 e 23.2 – congratulando-se pela adesão geral que a confederação estava a suscitar e pela multiplicação e sucesso das iniciativas que conduziram a “um ciclo de ressurgimento do desporto conimbricense” (23.2), bem como pelos ecos de que o exemplo de Coimbra estava a frutificar noutros locais, como é o caso Braga (21.7.41). E há repetida nota desse ressurgimento nas épocas seguintes.

1.2. Da Confederação à Associação dos Desportos de Coimbra

Se ao nível da organização e incentivo à prática desportiva a vida da Confederação dos Desportos de Coimbra parecia “correr sobre rodas” e corresponder às expectativas mais optimistas, eis que as complicações surgem donde menos se esperariam.

Em 3 de Agosto de 1943, é publicado o Decreto nº 32 946, com o Regulamento da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, criada em 5.9.42, que, no seu título II – “Das Organizações Desportivas”, contem normas que entram em choque com a estrutura organizativa entretanto montada pela confederação. Efectivamente, no seu Artº 21º aquele decreto estabelece que “os clubes desportivos podem agrupar-se em associações e estas em federações, constituindo hierarquias próprias em cada modalidade desportiva (...)”; e, adiante, que “as federações, cuja sede é obrigatoriamente em Lisboa, exercem a sua jurisdição em todo o território continental e nas ilhas adjacentes; a competência das associações exerce-se na área do distrito ou da província em cuja capital tem a sua sede” (Diário do Governo, I série, nº 162, p. 494).

Assim, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de Novembro de 1943, cuja acta se anexa (n.º 6) foi debatida a designação do organismo e adaptação às normas e finalidades legalmente estabelecidas naquele decreto e referenciadas num despacho do Ex.mo Sr. Director Geral dos Desportos. O Presidente da Direcção esclareceu que já fora obtida a necessária concordância da Mocidade Portuguesa (conforme estabelecido no



mesmo diploma legal) e que fora enviada “à Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar toda a documentação julgada necessária para confirmação superior dos corpos gerentes”, exigida pelo Artº 26º daquele decreto. Todavia, a documentação fora devolvida “com a declaração de que a CDC não podia legalmente ser reconhecida por não estar dentro da orgânica estatuída pelo decreto já referido, o qual não prevê a constituição de confederações”. Após várias diligências, por ofício e pessoais, junto do Director Geral dos Desportos, este reconheceu ser a CDC um “organismo da maior utilidade para o desporto conimbricense, mas que era indispensável alterar-lhe a designação” e, posteriormente, exarou em despacho que “justifica-se plenamente a existência de um organismo que realize a missão de mais de uma associação desde que se prove a conveniência, reconhecida pelos clubes interessados e comprovada pelas respectivas federações, de economizar dirigentes e meios de acção. Esse organismo nunca poderia, todavia, ter a designação de confederação. Nestas condições, esse organismo cuja actividade é digna de apreço, deve reorganizar-se à luz de ideias que ficam expostas e pedir a confirmação para os seus corpos gerentes, nos termos legais” (Livro de Actas da Assembleia Geral, acta n.º8).

Por isso, por proposta da direcção, aprovada por unanimidade, a Confederação dos Desportos de Coimbra passou a denominar-se Associação dos Desportos de Coimbra, continuando “em tudo a CDC, nos seus efeitos regulamentares, de secretaria, tesouraria e arquivo”(Idem).

Estavam cumpridos os preceitos legais e as energias dos dirigentes podiam votar-se ao fomento da actividade desportiva que vê aumentar o número de praticantes e de clubes filiados.

É por esta altura que os principais clubes da Figueira – Ginásio, Naval e Sporting – manifestam o desejo de “uma colaboração (...) Coimbra-Figueira da Foz (...) e [de] acompanharem este movimento progressivo de interesse por todas as modalidades de desporto” (6.12.43); a ADC alargava os seus horizontes geográficos e, progressivamente, albergava todo o desporto “pobre” da região centro.

Após nos termos debruçado, com certo pormenor, sobre a fundação da ADC, avancemos para a sua fase terminal; pelo meio ficam os muitos anos de crescimento e actividade em prol do desporto amador.

Registemos, apenas, que, a partir de 14/3/63, passam a fazer parte dos corpos gerentes deste organismo um Conselho Técnico, composto por um presidente e seis vogais, com competência para, entre outras, “interpretar as leis das diversas modalidades (...) em todos os casos que lhe sejam presentes pelos restantes órgãos da associação, apreciar e resolver (...) os protestos dos jogos (...), emitir parecer sobre todos os assuntos de ordem técnica (...), sugerir à direcção a realização de novas provas (...), dar parecer sobre os projectos de regulamentação de provas, sugerir à direcção (...) planos ou iniciativas que visem o fomento e o progresso técnico das modalidades”.



A partir de 28/3/66, e respondendo a imperativos de ordem legal, passam os corpos gerentes a integrar, também, um Conselho Jurisdicional, composto por um presidente e dois vogais, sendo que "pelo menos dois membros serão licenciados em direito", com a competência principal de "apreciar e julgar os recursos interpostos das deliberações da direcção", bem como dos pareceres do Conselho Técnico. É assim que os estatutos de 1969 vão muito além dos primeiros esboços a que fizemos referência e contemplam os vários aspectos inerentes a um organismo que atingira a sua maturidade jurídica, desde a denominação, insígnias e galardões oficiais até às condições de extinção. Quanto às estruturas de gestão, aí estão contempladas as condições de funcionamento, membros e atribuições da Assembleia Geral e dos vários Corpos Gerentes – Mesa da Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal, Conselho Técnico e Conselho Jurisdicional – que nos abstermos de transcrever.

Ou seja, a estrutura organizativa foi-se tornando mais complexa, correspondendo a solicitações cada vez maiores e mais específicas, acompanhando o aumento da importância concedida ao desporto na sociedade e a submissão de todas as suas organizações aos princípios jurídicos e constitucionais.

1.3. Da plenitude à extinção da ADC

A extinção da ADC não ocorreria, porém, por nenhum dos motivos nem seguindo os trâmites previstos no capítulo XIV dos citados estatutos.

Sucedeu que a associação foi vítima, essencialmente, do desenvolvimento, a todos os níveis, nomeadamente organizativo, dos vários desportos que a integravam. O desejo de autonomia das modalidades – a que há que juntar contingências de vária ordem e as vicissitudes nas relações interpessoais entre os dirigentes desportivos – ditou o seu afastamento sucessivo do organismo coordenador, a começar pelo atletismo, em 1978, e a continuar pela natação, andebol e basquetebol, em 1988, e terminando com a patinagem, o ténis de mesa e o voleibol, em 1989. Cada uma delas fundou e organizou a respectiva associação, dando origem ao modelo organizacional que ainda hoje vigora. Como curiosidade, diga-se que, na altura da separação, o basquetebol continuava a movimentar o maior número de praticantes (573, em todos os escalões, masculinos e femininos), seguido pelo atletismo (451); pelo seu lado, o voleibol – que tanta tradição tivera – colocava em competição 178 praticantes, a patinagem 162, o andebol 131 e o ténis de mesa 127.

Pela consulta das actas das reuniões, infere-se que a separação do organismo confederador nem sempre foi pacífica e isenta de recriminações e amuos; noutros casos, porém, houve a melhor colaboração entre ambas as entidades e a ADC forneceu o apoio possível aos elementos das várias



Comissões Pro-Associação que foram surgindo. Em tudo perpassa a ideia de que era o terminar de um ciclo, em que a Associação tivera um papel preponderante, respondendo a carências e dificuldades particulares, nomeadamente inerentes a um meio relativamente pouco populoso e afastado dos grandes centros de decisão política e desportiva; ultrapassadas essas, cada modalidade se autonomiza para melhor fazer face a novos problemas específicos, decorrentes, até, do seu próprio desenvolvimento mas, também, das novas condições sócio-económicas em que o desporto se praticava – maior facilidade de comunicações e transportes, aumento do número de recintos desportivos, desaparecimento ou agonia de muitos pequenos clubes de bairro, em favor dos grandes emblemas da cidade e da região, aumento do número de praticantes, maior atenção dos órgãos de comunicação social, etc, etc.

Pena foi que, com este desmembramento, uma parte do acervo documental se tivesse, igualmente, dispersado, enquanto outra ficou ao cargo de um número limitado de funcionários que não conseguiram impedir o seu extravio – facto que muito dificultou e deixou lacunas inultrapassáveis neste pequeno estudo.

À guisa de conclusão, e após breve périplo pelas mais relevantes vicissitudes da A.D.C., verificámos que ao longo da sua existência fomos assistindo a uma crescente complexificação das estruturas orgânico-funcionais que sustentaram a consecução dos objectivos do organismo em estudo, ao que se sucedeu uma fase de declínio que culminou pelos finais dos anos oitenta, pelo progressivo afastamento das diversas modalidades que encontraram vantagens acrescidas noutra tipo de associação



2. BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Coimbra – Anuário Desportivo : 1987 – 1988. Coimbra : CMC, 1988.

Câmara Municipal de Coimbra – Anuário Desportivo : 1988 – 1988. Coimbra : CMC, 1989.

A Voz Desportiva. (1940 a 1944).

FERNANDES, Albano Lopes - História do basquetebol em Portugal : 1913-1977 . Lisboa : Federação Portuguesa de Futebol, D.L. 1997. p. 904 p : il

MALHEIRO da SILVA, A.; [et al.] - Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação. Porto : Edições Afrontamento, 1998.

MALHEIRO da SILVA, A.; RIBEIRO, Fernanda - A classificação em Arquivos : Processo Natural ou Arranjo a Posteriori? Leituras, Nº 2 (1998), p.119-126.

RIBEIRO, Fernanda - Avaliação em Arquivística : Reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. Páginas a&b, Nº 5 (2000), p.57-113.

RIBEIRO, Fernanda - Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos. Porto : Câmara Municipal do Porto, 1996. ISBN 972-605-04-3.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, M. E. Matos; REIMÃO, Rute - Universidade do Porto : estudo orgânico - funcional. Porto: Universidade do Porto, 2001.

ROUSSEAU, jean-Yves; COUTURE, Carol - Os Fundamentos da Disciplina Arquivística. Lisboa : Publicações D. Quixote, 1998.



3. INVENTÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Órgão Produtor	Séries (Sr.) / subséries (SSr.)	Datas extremas	U.I.
Assembleia Geral			A
	Sr.:		
	01 - Actas da Assembleia Geral	24.04.41 – 24.01.49 15.01.61 – 25.01.78 26.06.41 – 25.06.84	1 1 2
	02 – Documentos diverso		
	03 – Termos de posse		
Conselho Fiscal		Datas extremas	AA
	Sr.:		
	01 - Actas do Conselho Fiscal	15.07.53 – 55.06.06	1
Conselho Técnico		Datas extremas	AB
	Sr.:		
	01 – Correspondência recebida e expedida	20.10.64 – 03.03.78 15.06.63 – 15.11.78	1 1
	02 – Protestos		
Direcção		Datas extremas	AC
	Sr.:		
	01 – Actas de Reuniões		
	SSr.:		
	01 – Com os Delegados dos Clubes	21.02.58 – 14.11.84 22.12.54 – 10.11.86	2 4
	02 – Direcção		
	02 – Actas de recordes	23.07.58 25.05.53	1 1
	03 – Inventário	05.02.68 – 12.04.73	1
	04 – Protestos, recursos, inquéritos e participações	03.09.51 – 1967	1
	05 – Registo de recordes		



	Direcção			AC
	Secretaria		Datas extremas	AC a
	Sr.:			
	01 – Cartões da ADC – Registo		15.05.51 – 1969	2
	02 – Certificados de Habilitações		15.01.58 – 03.07.76	8
	03 – Certificados de Habilitações – Registo		01.01.58 – 09.02.78	1
	04 – Comunicados		18.07.62 – 17.01.78	7
	05 – Correspondência Expedida – Copiador		02.01.57 – 30.06.77	25
	06 – Correspondência Recebida – Registo		15.03.62 – 03.01.78	4
	07 – Correspondência Recebida e Exp.			
	SSr.:			
	01 – Clubes		12.05.12 – 30.12.76	32
	02 – Delegação da A.D.C. na Figueira da Foz		08.11.49 – 07.11.57	1
	03 – D.G.D. e Delegações		15.09.48 – 12.12.77	2
	04 – Fundo de Fomento do Desporto		24.02.68 – 02.02.71	1
	05 – Geral		18.10.54 – 20.12.76	6
	06 – Torneios		21.05.77 – 28.07.77	1
	08 – Estatísticas de Provas Desportivas		19.09.64 – 15.10.77	2
	09 – Estatutos e Listas de Corpos Gerente de clubes		24.07.63 – 06.10.77	1
	10 – Processos de Aptidão Física dos Atletas		07.10.66 – 22.12.76	5

	Direcção			AC
	Tesouraria		Datas extremas	AC b
	Sr.:			
	01 – Conta Corrente			
	SSr.:			
	01 – Com o Fundo de Fomento do Desporto e Federações		02.06.63 – 25.10.77	9
			28.03.70 – 27.07.71	1
			24.03.63– 06.02.80	16
	02 – Com os Clubes		1967 – 1968	1
	03 – Documentos			
	04 – Registo – Bancos			
	02 – Descontos – Caixa de Previdência		28.01.74 – 10.04.78	1
	03 – Orçamentos			
	SSr.:			



	01 – Gerais		10.09.63 – XX.12.73	1
	02 – Torneios		17.11.73 – 23.03.78	3

	Direcção			AC
	Secção de Andebol		Datas extremas	AC c
	Sr.:			
	01 – Boletins dos Jogos		62/63 – 77/78	7
	02 – Circulares e Comunicados		02.01.69 – 21.01.78	2
	03 – Correspondência Recebida e Expedida			
	SSr.:			
	01 – Centro de Medicina Desportiva		29.12.76 – 16.02.78	1
	02 – Clubes		06.01.76 – 22.11.77	1
	03 – Diversos Organismos Oficiais		03.11.76 – 10.12.77	1
	04 – Federação Portuguesa de Andebol		03.04.58 – 05.01.78	4

	Direcção			AC
	Secção de Atletismo		Datas extremas	AC d
	Sr.:			
	01 – Actas de Provas		30.01.49 – 04.09.77	22
	02 – Boletins Informativos		19.01.71 – 02.12.73	1
	03 – Circulares e Comunicados			
	SSr.:			
	01 – Direcção Geral dos Desportos		08.11.76 – 28.06.77	1
	02 – Diversos Organismos		13.10.73 – 04.08.77	3
	03 – Federação Portuguesa de Atletismo		28.12.59 – 07.07.77	4
	04 – Correspondência Recebida e Expedida			
	01 – Centro de Medicina Desportiva		17.02.77 – 08.06.79	1
			28.11.76 – 12.06.79	2
			23.03.55 – 27.01.75	1



	02 – Clubes	22.12.76 – 05.07.79 14.06.56 – 25.06.79	2 6
	03 – Comissão Central de Of. de Júris de Atletismo 04 – Diversos Organismos Oficiais 05 – Federação Portuguesa de Atletismo		
	05 – Estatísticas de Provas Desportivas	24.09.71 – 20.12.72	1
	06 – Inscrição de Atletas	65/66 – 77/78	8

	Direcção		AC
	Secção de Basquetebol	Datas extremas	AC e
	Sr.:		
	01 – Boletins de Jogos	25.02.62 – 14.01.79 25.08.62 – 28.12.77 11.12.78 – 04.03.79	6 5 1
	02 – Circulares e Comunicados – F. P. B.		
	03 – Conta Corrente		
	04 – Correspondência Recebida e Expedida		
	SSr.:		
	01 – Centro de Medicina Desportiva	09.11.76 – 26.01.78 04.09.76 – 06.01.78	1 1
	02 – Clubes	16.10.56 – 29.12.77	4
	03 – Comissão Central de Júris de Basquetebol	28.11.76 – 30.12.77 14.01.62 – 05.01.78	1 6
	04 – Diversos Organismos Oficiais	11.03.63 – 13.01.77	2
	05 – Federação Portuguesa de Basquetebol		
	06 – Geral		
	05– Inquéritos	27.11.66 – 06.03.68 66/67 – 77/78	1 10
	06 – Inscrição de Atletas		

	Direcção		AC
	Secção de Natação	Datas extremas	AC f
	Sr.:		
	01 – Actas de Provas	62/63 – 77/78 24.06.64 – 22.12.76	4 1



	02 – Actas de Recordes			
	03 – Circulares e Comunicados			
	SSr.:			
	01 – Diversos Organismos	31.12.63 – 20.11.77		2
	02 – Federação Portuguesa de Natação	03.05.68 – 28.02.78		2
	04 – Correspondência Recebida e Expedida			
	01 – Centro de Medicina Desportiva	09.11.76 – 03.05.78		1
	02 – Clubes	09.11.76 – 15.06.78		1
	03 – C. Distrital de Árbitros e Cronometristas	08.04.67 – 01.03.77		2
	04 – Diversos Organismos	30.12.76 – 14.03.78		1
	05 – Diversos Organismos Oficiais	05.08.57 – 15.06.78		2
	06 – Federação Portuguesa de Natação	31.12.62 – 09.06.78		4
	05 – Credenciais	21.12.76 – 26.01.78		1
	06 – Inscrição de Atletas	65/66 – 77/78		4

	Direcção			AC
	Secção de Patinagem	Datas extremas		AC g
	Sr.:			
	01 – Boletins dos Jogos	07.04.73 – 12.08.74		1
	02 – Circulares e Comunicados – F. P. de Patinagem	08.03.73 – 08.07.76		1
	03 – Correspondência Recebida e Expedida			
	SSr.:			
	01 – Federação Portuguesa de Patinagem	15.02.73 – 21.12.76		1
	02 – Geral	28.10.76 – 08.11.79		2
	04 – Inscrição de Atletas	20.03.73 – 21.12.76		1

	Direcção			AC
	Secção de Ténis de Mesa	Datas extremas		AC h
	Sr.:			



	01 – Boletins dos Jogos 02 – Circulares e Comunicados	70/71 – 80/81		2
	SSr.:			
	01 – Federação Portuguesa de Ténis de Mesa 02 – Geral	05.07.82 – 17.10.83 23.12.63 – 17.03.77		1 2
	03 – Correspondência Recebida e Expedida 04 – Inscrição de Atletas	19.11.60 – 01.02.77 63/64 – 77/78		1 1

	Direcção			AC
	Secção de Voleibol	Datas extremas		AC i
	Sr.:			
	01 – Boletins de Jogos 02 – Circulares e Comunicados – F. P. Voleibol 03 – Correspondência Recebida e Expedida – F. P. Voleibol 04 – Inscrição de Atletas	04.03.64 – 22.07.73 30.04.64 – 20.04.76 18.01.67 – 24.12.76 67/68 – 77/78		1 1 2 1

Acervos Relacionados:

Associação de Patinagem do Centro de Portugal (Dois livros)

Comissão Administrativa da Associação de Natação de Coimbra (Um livro)

Abreviaturas:

U. I. – Unidades de Instalação;

Sr. – Série;

SSr. – Subsérie.

Notas:

Para facilitar a pesquisa pode ser consultada, na Sala de Leitura do Arquivo da Universidade de Coimbra, a descrição sucinta do conteúdo de cada unidade de instalação.